



Prefeitura Municipal de Ananindeua Controladoria Geral

PROCESSO: 1899/2015

MEMO nº 554/2014 -SEMED

CONTRATO Nº. 023/2014 – SEMED.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL ONDE FUNCIONA A SEDE DO PROGRAMA CIDADÃO DIGITAL.

ASSUNTO: 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO PRAZO E VALOR.

À SEMED,

Tratam os autos a respeito do processo supracitado, que tem como objetivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 023/2014-SEMED, por mais 01 (um) ano, expirando-se em 31 de dezembro de 2015, em favor do credor: **ANNE MAYARA BRANCO CARDOSO**, CPF: **872.985.032-00**. Sobre este temos a relatar:

- ✓ Considerando a justificativa assinada pela servidora Sra. Joana Márcia Pinheiro do Nascimento – Diretora do Departamento de Administração e Logística Escolar, datado no dia 10 novembro de 2014, onde se manifesta favorável;
- ✓ Considerando o **PARECER Nº. 165/2014-AJUR/SEMED**, assinado pelo servidor **Sr. Dra. Márcia V. S. de S. Trindade – Advogada – OBA/PA – 17.546**, datado no dia 17 de novembro de 2014, manifestando-se favorável a prorrogação do prazo e valor do contrato;
- ✓ Conforme a **cláusula primeira** diz: com a aplicação do respectivo reajuste contratual pelo IGPM, correspondendo ao valor mensal de **R\$ 3.110,25 (três mil, cento e dez reais e vinte e cinco centavos)**; **cláusula terceira** diz: fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo de Locação de Imóvel nº 023/2014-SEMED, por 01 (um) ano, a vigorar de 01 de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2015 e **cláusula quarta** diz: o valor total do aditivo é **R\$ 37.322,96 (Trinta e sete mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos)**.
- ✓ Há possibilidade legal de prorrogação conforme dispõe o Art. 57, da Lei nº 8.666/93;

Diante do exposto e considerando tudo que nos autos consta, somos favoráveis à elaboração do 1º Termo Aditivo, **desde que respeitadas às formalidades legais**, bem como sua publicação observando o disposto no Parágrafo Único do art.38 da lei Federal n.º8.666/93 e Parágrafo Único do art.61 da lei Federal n.º8.666/93 bem como remetimento tempestivo de via do original ao Tribunal de Contas dos Municípios – TCM-PA, em consonância e conformidade com o disposto na Instrução



Prefeitura Municipal de Ananindeua Controladoria Geral

Normativa nº. 04/2003 – TCM, após atendimento do preceituado no §2º do art. 57 da lei Federal n.º 98.666/93. Desta forma sugerimos que o presente seja encaminhado a Srª Ordenadora de Despesas para que tome as medidas cabíveis em consonância com a Legislação Vigente.

Ananindeua – PA, 08 de dezembro de 2014.

Joyce Silva
Controle Interno
CGM/PMA

